



30 de Outubro de 2011

AUDITOR FISCAL

N.º DO CARTÃO

NOME (LETRA DE FORMA)

ASSINATURA

INFORMAÇÕES / INSTRUÇÕES:

1. Verifique se a prova está completa: questões de números 1 a 40.
2. A compreensão e a interpretação das questões constituem parte integrante da prova, razão pela qual os fiscais não poderão interferir.
3. Preenchimento do **Cartão-Resposta**:
 - Preencher para cada questão apenas uma resposta
 - Preencher totalmente o espaço correspondente, conforme o modelo:
 - Usar caneta esferográfica, escrita normal, tinta azul ou preta
 - Para qualquer outra forma de preenchimento, a leitora anulará a questão

**O CARTÃO-RESPOSTA É PERSONALIZADO.
NÃO PODE SER SUBSTITUÍDO, NEM CONTER RASURAS.**

Duração total da prova: 3 horas



Anote o seu gabarito.

1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.
11.	12.	13.	14.	15.	16.	17.	18.	19.	20.
21.	22.	23.	24.	25.	26.	27.	28.	29.	30.
31.	32.	33.	34.	35.	36.	37.	38.	39.	40.



EM BRANCO



PARTE ESPECÍFICA

1. Sobre a improbidade administrativa, é **CORRETO** afirmar:

- I. A prática de atos dessa natureza constitui infração a dever funcional que autoriza responsabilidade do servidor público conforme o estatuto funcional, mediante processo administrativo disciplinar. Permite ainda a busca do ressarcimento dos danos causados ao erário. A conduta deve também ser apurada mediante atuação do Ministério Público para eventual responsabilidade criminal.
- II. O ente público lesado só pode buscar ressarcimento dos danos causados ao erário pela conduta de improbidade nos cinco anos subsequentes.
- III. Caracteriza ato ilícito que pode, conforme o caso concreto, implicar a suspensão dos direitos políticos do agente público que praticar ato dessa natureza.
- IV. Caracteriza ato de improbidade administrativa o servidor público auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício do cargo público ou ainda causar lesão ao erário por ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade a órgão ou entidade da administração com a qual mantenha vínculo funcional.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas as assertivas I, III e IV.
- B) Todas as assertivas.
- C) Apenas a assertiva I.
- D) Apenas as assertivas I e IV.
- E) Apenas as assertivas I e II.

2. A invalidação do ato administrativo pode ser efetivada:

- A) Pela própria administração pública que o praticou, com base no poder de autotutela, anulando-o quando eivado de vício que o torne ilegal ou revogando-o por motivos de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e o controle judicial.
- B) Somente pelo Poder Judiciário, quando provocado por aquele que foi lesado pela prática do ato.

- C) Pela própria administração, somente na hipótese de revogação.
- D) A qualquer tempo, já que nessa hipótese a autotutela é imprescritível em virtude do poder discricionário.
- E) Segundo opção da Administração Pública por anular ou revogar o ato, quando praticado com vício.

3. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) O ato administrativo pode ter finalidade pública ou privada e, quando tem finalidade privada, pode ser praticado por particulares.
- B) Em virtude das prerrogativas de presunção de legitimidade e de autoexecutoriedade, o ato administrativo não pode sofrer controle de legalidade ou de mérito pelo Poder Judiciário.
- C) Os atos administrativos só podem se impor a terceiros quando estes manifestarem prévia e expressa concordância.
- D) O ato administrativo discricionário não precisa ser motivado e não pode sofrer qualquer controle do Poder Judiciário.
- E) O ato administrativo goza de presunção de legitimidade (ou conformidade com a lei) e de presunção de veracidade (de que são verdadeiros os fatos alegados pela Administração para sua prática); o ato administrativo pode ser executado pela própria Administração Pública nas hipóteses em que houver autorização legal.

4. É **CORRETO** afirmar que:

- A) As organizações sociais são pessoas jurídicas de direito público que podem manter vínculo com entes políticos mediante contrato de gestão.
- B) As autarquias e fundações públicas estão sujeitas à impenhorabilidade de seus bens mas não estão sujeitas à imunidade tributária sobre patrimônio, renda e serviços quando instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- C) As autarquias são sempre criadas por lei com personalidade jurídica e patrimônio público e especialização dos fins e atividades, enquanto as fundações públicas, embora devam ser criadas por lei, podem ter patrimônio total ou parcialmente público.



- D) As organizações sociais podem atuar nas áreas de desenvolvimento tecnológico e saúde, sendo sempre vedada sua atuação nas áreas de cultura e preservação do meio ambiente.
- E) As entidades paraestatais são pessoas jurídicas de direito privado que colaboram com o Estado e não estão sujeitas a nenhuma forma de controle ou supervisão da Administração Pública e do Tribunal de Contas.
5. Quanto aos princípios regedores da Administração Pública, é **CORRETO** afirmar:
- A) Em decorrência do princípio da supremacia do interesse público, pode a Administração Pública eleger, entre mais de um interesse de particular em jogo, aquele que é mais conveniente preservar, podendo inclusive deixar de exercer o poder de polícia mediante juízo discricionário da autoridade.
- B) O princípio da legalidade obriga a Administração Pública a fazer somente o que a lei permite, não existindo para ela ampla autonomia da vontade.
- C) A Constituição Federal admite, para efetivação do princípio da publicidade, que autoridade ou servidor público faça divulgação das realizações da Administração Pública em atos, obras ou serviços públicos com indicação do seu nome como responsável, visando à promoção pessoal.
- D) A Administração Pública deve agir sempre pautada pela razoabilidade, não se sujeitando, contudo, à exigência de justificar a proporcionalidade entre os meios de que se utiliza e os fins que pretende alcançar.
- E) As características peculiares do regime jurídico administrativo proíbem a Administração Pública de fixar padrões de eficiência para a atuação dos agentes públicos.
6. Sobre os serviços públicos, é **CORRETO** afirmar:
- A) Nos serviços públicos executados mediante contratação de terceiros, não se pode cogitar rescisão unilateral pela Administração Pública.
- B) São sempre passíveis de taxação, desde que remunerados de forma módica.
- C) A Constituição Federal permite a prestação de todas as espécies de serviços públicos por particulares, desde que realizada licitação.
- D) Devem ser prestados visando ao benefício do maior número possível de indivíduos. Sua prestação não deve sofrer interrupção, só podem ser delegados a terceiros nas hipóteses e condições expressamente autorizadas na Constituição e na lei.
- E) A prestação de serviços públicos mediante concessão e permissão deve sempre ser formalizada por contrato administrativo, que admite a dispensa de licitação e em ambas as modalidades permite a contratação de pessoa física.
7. Assinale, entre as alternativas abaixo, a única que descreve entidades que integram a Administração Pública do Município de Curitiba:
- A) Câmara Municipal de Curitiba; Prefeitura Municipal de Curitiba; IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba; FCC – Fundação Cultural de Curitiba.
- B) FCC - Fundação Cultural de Curitiba; Prefeitura Municipal de Curitiba; IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba.
- C) SEPLAN – Secretaria de Planejamento de Curitiba; Instituto Municipal de Turismo; IPMC – Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curitiba; UNILIVRE – Universidade Livre do Meio Ambiente.
- D) IMAP - Instituto Municipal de Administração Pública; FAS - Fundação de Ação Social; URBS - Urbanização de Curitiba S/A; Curitiba S/A.
- E) IPCC – Instituto Pró-Cidadania de Curitiba; IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba; FAS - Fundação de Ação Social; Prefeitura Municipal Curitiba.
8. Sobre sociedade e empresa, assinale a alternativa **CORRETA**:
- A) Apenas a empresa pública deve ser constituída por lei. A empresa de economia mista deve apenas sofrer controle social.
- B) Apenas a sociedade de economia mista pode desempenhar atividades de natureza econômica, a empresa pública não e os empregados de ambas estão sujeitos à proibição de acumulação de empregos e funções públicas nos termos da Constituição Federal.
- C) A sociedade de economia mista tem personalidade jurídica de direito privado e a



empresa pública tem personalidade jurídica de direito público.

D) Apenas a empresa pública está sujeita ao controle estatal; nem a sociedade de economia mista nem a empresa pública estão sujeitas a controle pelo Tribunal de Contas.

E) A sociedade de economia mista e a empresa pública devem ser sempre criadas e extintas mediante autorização por lei; a empresa pública pode ser constituída sob qualquer forma admitida em direito; e a sociedade de economia mista deve sempre ser constituída sob forma de sociedade anônima.

9. Considere os itens I a IV abaixo:

- I. No regime jurídico do Código Civil Brasileiro, em sua redação original, o empresário individual não constitui pessoa jurídica, confundindo-se seu patrimônio pessoal com o empresarial.
- II. Os patrimônios do sócio e da sociedade simples são separados, podendo haver desconsideração da personalidade jurídica para atingir o patrimônio da pessoa natural em caso de abuso da pessoa jurídica ou confusão patrimonial.
- III. Somente com a entrada em vigor da lei federal que permite a constituição de empresa individual de responsabilidade limitada, o patrimônio da empresa passará a ser distinto do patrimônio da pessoa natural.
- IV. No regime jurídico da EIRELI, todos os sócios respondem solidariamente pelos atos de administração empresarial.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas as assertivas II, III e IV.
- B) Apenas as assertivas I, II e III.
- C) Apenas as assertivas I, II e IV.
- D) Apenas as assertivas II e III.
- E) Todas as assertivas.

10. Assinale a alternativa **CORRETA**:

A) O adquirente de um estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, se estiverem contabilizados, permanecendo o devedor primitivo solidariamente obrigado pelo prazo de um ano após a transferência.

B) Não existe impedimento legal que impeça o alienante de um estabelecimento comercial de fazer concorrência ao adquirente.

C) O Registro Público do empresário e da sociedade empresária se faz no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

D) O empresário utiliza nome fantasia em sua atividade empresarial, que recebe a mesma proteção no nome da pessoa natural.

E) Não existe impedimento legal para a contabilização do nome fantasia ao nome da pessoa natural.

11. Entre as alternativas abaixo, assinale aquela que indica somente pessoas jurídicas de Direito Privado:

A) Uma Associação de Moradores de Bairro; uma Fundação integrante da Administração Municipal; uma Autarquia; e uma Entidade Religiosa.

B) Uma Autarquia municipal; uma Fundação de Apoio a um Hospital Público; uma Associação Beneficente; e um Instituto Estadual.

C) Uma Fundação instituída por declaração *causa mortis*; uma Sociedade de Economia Mista municipal; uma Sociedade Empresária; um Partido Político; e uma Associação.

D) Um Instituto Municipal; uma Organização Não Governamental; uma Secretaria Municipal; e uma Fundação Nacional.

E) Uma organização não governamental; uma sociedade de economia mista internacional e uma entidade religiosa.

12. Assinale a alternativa **CORRETA**:

A) Os prazos de prescrição dos créditos da Fazenda Pública em face de particulares contam-se em dobro em relação aos prazos gerais estabelecidos no Código Civil e em quádruplo quando se tratar de crédito tributário.

B) Os prazos prescricionais estabelecidos na legislação federal para a cobrança de créditos perante terceiros não se aplicam contra a União, os Estados e os Municípios, porque os créditos públicos são imprescritíveis, mas as dívidas perante particulares seguem os prazos do Código Civil Brasileiro.

C) A Fazenda Pública Municipal se sujeita aos prazos prescricionais estabelecidos em lei para a



cobrança de seus créditos perante os particulares, assim como os particulares se sujeitam à prescrição de seus créditos contra a Fazenda Pública.

- D) A prescrição a favor da Fazenda Pública não se interrompe, nem se suspende, ainda que o credor seja incapaz, por se tratar de direito público indisponível.
- E) A prescrição dos prazos estabelecidos na legislação federal só se aplicam a legislação municipal quando houver crédito para o bem público.

13. A Administração Pública pode:

- I. Apurar infrações cometidas por seus servidores e impor-lhes penalidades; organizar a estrutura administrativa com relação de hierarquia entre os órgãos que a compõem; exercer atividades que limitem o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público.
- II. Exercer seu poder regulamentar mediante a expedição de decretos que criem ou restrinjam direitos, independentemente de previsão em lei; eleger os atos administrativos de que vai prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado; fazer tudo o que a lei não proíbe.
- III. No exercício do poder de polícia: editar lei para condicionar o funcionamento de um estabelecimento comercial a regular obtenção de alvará; notificar o prestador de serviços para que apresente documentos contábeis necessários à aferição de sua regularidade tributária; deixar de exigir ou impor o recolhimento de determinado tributo por decreto; inscrever multas em dívida ativa antes mesmo da notificação do executado.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Todas as assertivas.
- B) Apenas as assertivas I e II.
- C) Apenas a assertiva III.
- D) Apenas as assertivas I e III.

E) Apenas a assertiva I.

14. Sobre os serviços públicos, no regime do Direito Administrativo Constitucional brasileiro, é **CORRETO** afirmar que:

- A) São aqueles prestados diretamente pelo Poder Público, não podendo sua prestação ser

delegada ao particular, pois constituem atividade típica de Estado considerada essencial.

B) São aqueles prestados diretamente pelo Poder Público ou por delegação a um particular, na forma da lei, por prazo determinado e mediante prévia licitação.

C) Podem ser delegados a terceiros mediante licitação prévia e celebração de contrato administrativo de prestação de serviços.

D) Podem ser prestados pela Administração Pública Direta, Autárquica ou Fundacional, sendo vedada sua prestação por empresas públicas e sociedades de economia mista, que são instituídas por lei exclusivamente para exploração de atividade econômica.

E) Podem ser delegados ou prestados por organização não governamentais e de direito privado.

15. Sobre a imunidade tributária concedida pelo art. 150, VI, 'c', da Constituição Federal de 1988 às instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, pode-se **AFIRMAR**:

I. Por ter sido concedida pela Constituição, não é subordinada a qualquer outro requisito a ser cumprido pelas entidades, além de efetivamente se destinarem à educação e/ou à assistência social e não terem finalidade lucrativa.

II. É assegurada apenas ao patrimônio, à renda e ao serviços relacionados com as finalidades essenciais das referidas entidades.

III. Tem por pressuposto que a entidade aplique integralmente no País os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais.

IV. Tem por pressuposto que a entidade não distribua qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a qualquer título.

V. Para sua aplicabilidade quanto aos tributos municipais, fica condicionada aos requisitos estabelecidos em lei local.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

A) Apenas as assertivas III e IV.

B) Apenas a assertiva I.

C) Apenas a assertiva V.

D) Apenas as assertivas II, III e IV.

E) Apenas as assertivas III, IV e V.



16. É da competência dos municípios federados a instituição dos seguintes tributos:

- A) IPTU; ITBI; ISS; e contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.
- B) IPTU; IPVA; ISS; e contribuição de melhoria.
- C) IPTU; ITCMD; ISS; e contribuição previdenciária de seus servidores.
- D) IPTU; ITCMD; ISS; e impostos residuais.
- E) IPTU, ITBI; ISS; e contribuições de intervenção no domínio econômico.

17. Identifique qual(is) das assertivas abaixo é(são) verdadeira(s), assinalando (V), e qual(is) é(são) falsa(s), assinalando (F).

- I. Consiste imunidade recíproca na vedação, à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, instituir qualquer tributo sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.
- II. Livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão gozam de imunidade objetiva, o que significa dizer que é vedada à instituição a cobrança de impostos diretos sobre a produção, serviço e circulação desses bens.
- III. A imunidade recíproca não se estende ao patrimônio, à renda e aos serviços, relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados.
- IV. A imunidade tributária dos templos de qualquer culto compreendem a totalidade do patrimônio da renda e dos serviços das entidades religiosas, independentemente da finalidade a que se destinem.
- V. Mediante lei, o município pode isentar de taxas os imóveis de entidades religiosas sediadas em seu território.

Marque a alternativa cuja sequência está **CORRETA**:

- A) F, V, F, F, V
- B) V, V, V, F, F
- C) V, F, F, V, F
- D) F, F, V, F, F
- E) F, V, V, F, V

18. Sobre a responsabilidade tributária pode-se afirmar:

- A) O remitente não é responsável pelos tributos relativos aos bens remidos.
- B) A responsabilidade pelo crédito tributário pode ser atribuída por decreto a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.
- C) A vedação legal a que tabeliães respondam solidariamente pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício, diz respeito apenas ao IPTU.
- D) A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, somente responde pelos tributos devidos pelo estabelecimento adquirido se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade.
- E) São pessoalmente responsáveis o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo *de cujus* até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão do legado ou da meação.

19. Sobre os princípios constitucionais tributários é **CORRETO** afirmar:

- A) Segundo o princípio da irretroatividade tributária, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
- B) O princípio da legalidade consiste na vedação imposta à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios de exigir tributo sem lei que o estabeleça, não tendo qualquer relação com o aumento de tributos.
- C) O princípio da igualdade impõe que seja instituído tratamento igual entre contribuintes, sendo vedado qualquer tipo de distinção.
- D) De acordo com o princípio da anterioridade, nenhum tributo pode ser cobrado no mesmo



exercício financeiro em que haja sido publicada lei que o instituiu ou aumentou.

- E) Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que com fundamentadas razões sociais e econômicas, podem estabelecer diferença tributária entre bens e serviços em razão de sua procedência ou destino.

20. Tício arrematou, em hasta pública realizada pela 4ª Vara da Fazenda Pública, um imóvel situado no município de Curitiba. Pretende agora fazer o recolhimento do ITBI devido em razão da aquisição de imóvel. Considerada a legislação do Município de Curitiba, o imposto devido será calculado:

- A) Sobre o valor escriturado no Registro Imobiliário.
B) Sobre o valor venal do imóvel, conforme lançamento feito no mesmo exercício para fins de incidência do IPTU.
C) Sobre o valor de arrematação do bem imóvel.
D) Sobre o valor venal do imóvel, apurado por profissional habilitado nos termos das normas da ABNT.
E) Sobre a diferença entre o valor da arrematação e o valor devido a título de IPTU no exercício da aquisição do bem.

21. Considerando a legislação do município de Curitiba, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Prevê a isenção total do IPTU para as pessoas com mais de 60 anos.
B) Autoriza ao Poder Executivo a conceder remissão e anistia fiscal dos débitos tributários relativos à imóveis destinados à regularização fundiária, nos termos que estabelece.
C) Concede isenção do IPTU para todos os imóveis dos clubes amadores filiados à federação paranaense de futebol.
D) Concede isenção total de IPTU para todos os contribuintes envolvidos em projetos de mecenato subsidiado.
E) Desestimula a atividade econômica primária, com a previsão de alíquotas progressivas incidentes sobre o imóvel em que houver produção de hortifrutigranjeiros.

22. Um Auditor Fiscal de Tributos Municipais tem como função principal fiscalizar os registros contábeis das empresas, a fim de verificar a adequação tributária municipal. Para isso deve compreender as contas e os demonstrativos contábeis a serem analisados. Considere esse contexto e a seguinte assertiva: “Trata-se da origem de arrecadação em virtude de leis gerais e especiais, de contratos e quaisquer títulos que derivem de direitos a favor do Estado”, para identificar o tipo de conta a que se refere aqui.

- I. Patrimonial.
II. Receitas.
III. Mutações Patrimoniais.
IV. Despesas.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas a resposta número II.
B) Apenas as respostas I e II.
C) Apenas a resposta III.
D) Apenas as respostas II e IV.
E) Apenas a resposta I.

23. Leia atentamente os quatro conceitos de custos ou relacionados à gestão de custos:

- I. É formado pelas matérias-primas, embalagens, componentes adquiridos prontos e outros materiais utilizados no processo de fabricação que podem ser associados diretamente ao produto.
II. São os gastos identificados com a função de produção ou elaboração de serviço a ser comercializado e que, como o próprio nome já revela, não podem ser associados diretamente a um produto ou serviço específico.
III. Corresponde aos esforços produtivos das equipes (pessoas) relacionadas à produção dos bens comercializados ou dos serviços prestados pela organização, seja ela pública ou privada.
IV. Trata-se do sacrifício financeiro que a empresa arca para a obtenção de um produto ou serviço. Podem ser reconhecidos como: Custo ou Despesas.

Assinale a alternativa **CORRETA** em relação ao que trata cada texto acima:

- A) Texto I: Material Indireto. Texto II: Custo Direto de Fabricação. Texto III: Mão de Obra Direta. Texto IV: Gastos.



B) Texto I: Material Direto. Texto II: Custo Indireto de Fabricação. Texto III: Mão de Obra Direta. Texto IV: Gastos.

C) Texto I: Gastos. Texto II: Custo Indireto de Fabricação. Texto III: Mão de Obra Indireta. Texto IV: Custeio por Absorção.

D) Texto I: Custo Indireto de Fabricação. Texto II: Gastos. Texto III: Mão de Obra Direta. Texto IV: Material Direto.

E) Texto I: Mão de Obra Direta. Texto II: Custo Indireto de Fabricação. Texto III: Material Direto. Texto IV: Gastos.

24. Dadas as disposições da Lei nº 6404/76 sobre demonstrações financeiras é **CORRETO** afirmar:

A) A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, quando devidamente elaborada, substitui a demonstração das mutações do patrimônio líquido.

B) O balanço patrimonial deve apresentar, já devidamente contabilizada, a proposta dos órgãos da administração para distribuição do lucro líquido do exercício.

C) A demonstração do resultado do exercício deve apresentar, expresso em reais, o valor dos dividendos distribuídos para cada uma das ações do capital social.

D) A demonstração das origens e aplicações de recursos apresenta, discriminadamente, todas as origens de recursos e respectivas aplicações feitas durante o exercício do patrimônio da entidade econômico-administrativa.

E) As demonstrações financeiras de empresas do mesmo ramo podem ser consolidadas, desde que uma participe do capital social da outra.

25. A empresa Tempos Modernos S/A tem, segundo a lei societária vigente, a obrigatoriedade de apresentar a demonstração dos fluxos de caixa (DFC). Em um determinado período, a empresa efetuou a venda de máquinas e equipamentos totalmente depreciados pelo valor de R\$ 100.000,00, realizou um aumento de capital no valor de R\$ 1.000.000,00 e comprou à vista softwares ligados ao processo produtivo. Na DFC, do mesmo período, esses eventos geraram, respectivamente:

A) Diminuição das fontes de investimento, aumento das fontes de financiamento e aumento das fontes de financiamento.

B) Aumento das fontes de financiamento, aumento das fontes de investimento e aumento das fontes de investimento.

C) Diminuição das fontes de investimentos, diminuição das fontes de financiamento e diminuição das fontes de investimento.

D) Diminuição das fontes de financiamento, diminuição das fontes de investimento e aumento das fontes de investimento.

E) Aumento das fontes de investimento, aumento das fontes de financiamento e diminuição das fontes de investimentos.

26. Considere os seguintes dados:

ATIVO CIRCULANTE		PASSIVO CIRCULANTE	
Mercadorias	50	Impostos a Pagar	80
Duplicatas a Receber	70	Salários a Pagar	120
Caixa	10	Fornecedores	240
Bancos	30	Empréstimos Bancários	180
Outras Contas	60		
Matérias-Primas	60		
Máquinas (para uso da empresa)	120		

A apresentação acima, de acordo com as disposições da Lei nº 6.404/76, incorre em algumas impropriedades. Elas são em número de:

A) 2

B) 1

C) 3

D) 5

E) 4

27. O valor da receita de equivalência patrimonial recebido pela empresa controlada deve ser apresentado na DVA (Demonstração de Valor Agregado) como:

A) Receitas não operacionais - demais.



- B) Distribuição de riqueza - remuneração do capital de terceiros.
- C) Receita criada pela entidade - outras receitas.
- D) Valor adicionado recebido em transferência.**
- E) Distribuição de riqueza - remuneração de capital próprio.

28. Com base nos critérios de avaliação de ativos e passivos, julgue os itens abaixo e marque, com (V) para os verdadeiros e (F) para os falsos. Em seguida, assinale a alternativa que corresponde à sequência **CORRETA**.

- I. Os direitos e títulos de crédito, bem como quaisquer valores mobiliários não classificados como investimentos, serão avaliados pelo custo de aquisição ou pelo valor de mercado, se este for menor.
- II. Os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.
- III. A diminuição do valor dos elementos dos ativos imobilizado e intangível será registrada periodicamente nas contas de depreciação, amortização e exaustão.
- IV. As obrigações, encargos e riscos classificados no passivo não circulante serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.
- V. Os estoques de mercadorias fungíveis destinadas à venda poderão ser avaliados pelo valor de mercado, quando isso se caracteriza como costume mercantil aceito pela técnica contábil.

- A) V,V,F,F,F
- B) V,V,V,F,V
- C) F,F,V,F,F
- D) V,F,F,V,V

E) F,V,V,V,V

29. A depreciação de equipamentos e instalações utilizados nas pesquisas com desenvolvimento de novos produtos é classificada como:

- A) Despesas antecipadas.

- B) Gastos não operacionais.
- C) **Conta de resultado.**
- D) Despesas de depreciação.
- E) Gastos do ativo diferido.

30. Segundo o texto da lei societária em vigor, as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, e em direitos e títulos de créditos, classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo (no grupo não circulante), devem ser avaliadas pelo:

- A) **Seu valor justo, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda.**
- B) Custo de aquisição ou valor de mercado, dos dois o menor.
- C) Valor de realização ou pelo custo histórico, dos dois o menor.
- D) Custo de aquisição, deduzidas as despesas para realização.
- E) Valor líquido de realização ou valor de reposição corrigido.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

31. Considerando as seguintes assertivas:

- I. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, tem como fato gerador a prestação de serviços constantes de lista anexa à lei, desde que se constituam como atividade preponderante do prestador.
- II. De acordo com a legislação do município de Curitiba, a base de cálculo do ISS é o valor do serviço prestado, contudo, pode ser um valor fixo anual ou ainda um valor estimado de acordo com critérios estabelecidos pelo Poder Executivo.
- III. A lei complementar federal fixa a alíquota máxima para o ISS em todo o território nacional, e a legislação própria de cada município fixa a alíquota aplicável aos serviços prestados em seu território.
- IV. O ISS incide sobre as exportações de serviços para o exterior do País.

Pode-se afirmar:



- A) As assertivas II, III e IV são verdadeiras.
- B) **As assertivas II e III são verdadeiras.**
- C) As assertivas I, II e III são verdadeiras.
- D) As assertivas I, II são verdadeiras.
- E) Todas as assertivas são falsas.

32. Nos termos da legislação do município de Curitiba, sobre o ISS fixo, pode-se afirmar:

- A) É uma opção de tributação à disposição de todos profissionais autônomos e sociedades de profissionais.
- B) **É condição para o enquadramento no regime de tributação fixa, por sociedade civil, que os profissionais que a compõem possuam habilitação específica para a prestação dos serviços considerados de sociedade profissional, pela lei municipal.**
- C) As sociedades de profissionais somente podem requerer a sujeição ao regime fixo de tributação pelo ISS após 2 (dois) anos de regular funcionamento.
- D) O valor do ISS devido pelas sociedades profissionais que optarem pela tributação fixa, é o valor do ISS fixado na lei para os profissionais autônomos, multiplicado pelo número de sócios da empresa.
- E) Os profissionais autônomos sujeitos à tributação pelo ISS fixo anual ficam dispensados da emissão de nota fiscal, por ocasião da prestação de serviços.

33. Uma empresa, instalada no município de Curitiba desde o ano de 2000, vende equipamentos de informática e presta serviços de assistência técnica na mesma área. A prestação de serviços não é a atividade principal da empresa, razão pela qual, desde sua abertura, somente lançou e recolheu o ICMS devido sobre a venda de equipamentos, mas nunca fez autolancamento ou recolheu o ISS devido em razão da prestação de serviços. Se sofrer a fiscalização no exercício de 2011, por parte da autoridade fiscal municipal, a empresa:

- A) Poderá eximir-se da penalidade, se dentro de 30 (trinta) dias contados da autuação, fizer a denúncia espontânea dos créditos tributários.
- B) Não poderá ser autuada, na medida em a venda dos equipamentos está atrelada à prestação de

serviços técnicos, razão pela qual a empresa somente está sujeita à imposição do ICMS.

- C) Sofrerá autuação, com a imposição das penalidades fixadas em lei, e com o lançamento por arbitramento do ISS devido em razão da prestação de serviços ocorridas nos exatos 05 (cinco) anos anteriores à data do auto de infração.

- D) **Sofrerá autuação, com a imposição das penalidades fixadas em lei, e com o lançamento por arbitramento do ISS devido em razão das prestações de serviços ocorridas desde 01 de janeiro de 2006.**

- E) Sofrerá autuação, com a imposição das penalidades fixadas em lei e com o lançamento por arbitramento do ISS devido, em razão da prestação de serviços ocorridas deste o início das atividades da empresa.

34. Considerando a legislação do município de Curitiba que trata do IPTU, analise as seguintes assertivas:

- I. Para os imóveis urbanos com cobertura florestal – área verde com bosque nativo, árvores de grande porte, árvores imunes ao corte – a lei prevê, a título de incentivo, redução de 10% (dez por cento) até 100% (cem por cento) do valor do IPTU.
- II. São considerados terrenos, ou imóveis territoriais, apenas os imóveis sem edificação.
- III. Para a determinação da base imponible que exceda a mera atualização monetária, será editada anualmente a Planta Genérica de Valores Imobiliários, a ser elaborada com base no preço corrente de mercado, observados também elementos como a infraestrutura de cada logradouro, as edificações constantes do imóvel e o potencial construtivo.
- IV. As alíquotas do IPTU serão diferenciadas, em função da utilização, e progressivas, em razão do valor venal dos imóveis, fracionado por faixas, nas tabelas previstas na lei. O imposto será determinado pela somatória dos resultados obtidos com a incidência de cada alíquota sobre a fração de valor venal correspondente.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) A assertiva III.
- B) As assertivas I e III.
- C) **As assertivas I, III e IV.**
- D) A assertiva I.



E) As assertivas I e IV.

35. O Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte - SIMPLES NACIONAL, instituído pela Lei Complementar nº 123/2006, nos termos estabelecidos na referida lei, implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, do IRPJ, IPI, CSLL, COFINS, PIS, INSS, ICMS e do ISS. Sobre esse regime de tributação, pode-se afirmar:

- A) Todas as afirmativas estão corretas.
- B) É obrigatório para todas as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme conceituadas pela legislação federal de regência.
- C) Os contribuintes sujeitos ao recolhimento de tributos na forma do SIMPLES NACIONAL ficam desobrigados a emitir documento fiscal de venda ou prestação de serviço, independentemente de o destinatário do bem ou serviço ser cadastrado no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.
- D) A competência para fiscalizar o cumprimento das obrigações principais e acessórias relativas ao Simples Nacional é exclusiva da Secretaria da Receita Federal.

E) O recolhimento na forma do SIMPLES NACIONAL não exclui a incidência do ISS devido pelo contribuinte, em relação aos serviços sujeitos à substituição tributária ou à retenção na fonte, em relação ao qual será observada a legislação aplicável às demais pessoas jurídicas.

36. De acordo com a legislação do Município de Curitiba:

- I. Considera-se Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, o documento gerado eletronicamente em sistema próprio da Prefeitura Municipal de Curitiba, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços.
- II. Há prestadores de serviço que estão legalmente obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica; há outros que estão proibidos de emitir Nota Fiscal Eletrônica; e, ainda, há contribuintes que podem optar pela emissão de Nota Fiscal Eletrônica.
- III. Contribuintes não obrigados a utilizar a Nota Fiscal Eletrônica, que optarem espontaneamente por emití-las, ficarão sujeitos a lei que regulamenta a emissão da nota fiscal eletrônica em caráter definitivo e irreatável.

IV. Os contribuintes sujeitos à emissão de Nota Fiscal Eletrônica passarão a recolher o ISS com base na receita efetiva dos serviços prestados.

V. A emissão de Nota Fiscal Eletrônica constitui confissão de dívida do Imposto Sobre Serviços - ISS incidente na operação.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

A) Todas as assertivas.

B) Somente as assertivas I e V.

C) Somente as assertivas I, III e V.

D) Somente as assertivas I, IV e V.

E) Somente a assertiva II.

37. Sobre a Contribuição de Melhoria, no município de Curitiba, pode-se afirmar:

- I. Somente pode ser exigido quando da realização de obra pública municipal em razão da qual advenha benefício direto aos imóveis localizados na zona de influência;
- II. A situação do imóvel na zona de influência, bem como sua finalidade de exploração econômica consistem em elementos a serem considerados para fins de cálculo da Contribuição de Melhoria;
- III. É pré-requisito para a validade da instituição e cobrança de contribuição de melhoria, no município de Curitiba, a publicação prévia, pela Administração, de edital relativo à obra, contendo, entre outros elementos, o memorial descritivo do projeto e o orçamento do custo da obra.
- IV. A Contribuição de Melhoria será lançada de ofício e o contribuinte será notificado para pagá-la na forma e no prazo que dispuser o regulamento.
- V. Sujeito passivo da contribuição de melhoria somente pode ser o proprietário do imóvel, que é o único com legitimidade para impugnar a exigência, se entender que da obra pública não decorreu o benefício alegado pela administração.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

A) Todas as assertivas.

B) Apenas as assertivas II, III e IV.

C) Apenas as assertivas I, III e IV.

D) Apenas as assertivas I, III e V.

E) Apenas as assertivas II e IV.



38. De acordo com a legislação do município de Curitiba, é **CORRETO** afirmar:

- A) Para evitar a incidência de multa moratória e de juros de mora. É facultado ao contribuinte parcelar seu débitos junto à Fazenda Municipal, para então formalizar impugnação para discutir a validade do lançamento tributário.
- B) O parcelamento de créditos tributários concedido pela autoridade administrativa não pode ser revogado pela inadimplência do pagamento de imposto devido, relativo a fatos geradores ocorridos após a data de sua formalização.
- C) A dação em pagamento ao município, de bens imóveis, ainda que livres de quaisquer ônus e localizados em Curitiba, não é admitida como modalidade de extinção do crédito tributário.
- D) Para fins de cálculo do débito tributário vencido, a atualização monetária deve ser feita desde a data do inadimplemento e após a aplicação da multa moratória e dos juros de mora.

E) O cancelamento, a pedido do prestador de serviço, da sua inscrição no cadastro, fica condicionado à quitação total de débitos junto à Fazenda Municipal, ainda que tenham sido anteriormente parcelados.

39. Sobre a imposição das taxas, pode-se afirmar:

- A) A base de cálculo das taxas pode ser idêntica à base de cálculo de imposto exclusivamente nas hipóteses em que o Código Tributário Nacional expressamente autoriza.
- B) As taxas cobradas pelos municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, devem ter como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização de serviço público específico e divisível, efetivamente prestado ao contribuinte.
- C) No município de Curitiba o fato imponible da taxa de serviço de Coleta de Lixo ocorre no dia 1º de janeiro de cada exercício; e quando da prestação de cada serviço, para a Taxa de Expediente.
- D) As taxas cobradas pelos municípios terão caráter pessoal e serão graduadas de acordo com a capacidade econômica do contribuinte.
- E) O fato gerador da taxa é sempre um fato praticado pelo contribuinte.

40. Considerada a legislação do município de Curitiba, classifique as assertivas abaixo como (V) ou falsas (F). Marque, em seguida, a **CORRETA**:

- A) A descrição do fato, que deve obrigatoriamente constar do auto de infração, não se confunde com a indicação da disposição legal infringida e deve ser minudente, inclusive para garantir o efetivo direito ao contraditório pelo contribuinte.
- B) A intimação do auto de infração deve ser sempre pessoal, pelo autor do procedimento, provada com a assinatura do contribuinte, seu mandatário ou preposto, ou, no caso de recusa, com declaração escrita de quem o intimar.
- C) Se do auto de infração constarem elementos suficientes para a determinação da infração tributária, eventuais omissões e incorreções não acarretarão a sua nulidade.
- D) Quando a autoridade fazendária puder utilizar mais de um critério para o arbitramento, deverá adotar o mais favorável ao contribuinte.
- E) O auto de infração é ato procedimental que pode reunir atos jurídicos diferentes, que se sujeitam a regimes jurídicos diversos, a saber: o lançamento de tributo, propriamente dito; o ato de aplicação de sanções e o ato de intimação do autuado.

A) V, F, V, V, V

B) V, V, V, F, F

C) V, F, V, F, V

D) F, F, V, V, V

E) V, V, V, F, F